

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

R. A. AMARAL VIEIRA

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO FILOSÓFICO,
Karl Jaspers, Editôra Cultrix, São Paulo, 1971

Este excelente livro, recentemente pôsto ao alcance dos estudantes e leigos brasileiros, foi elaborado, atente-se para isso, atendendo à encomenda de uma *iniciação à filosofia*. Escrito espaçadamente e ao longo de meses, divulgado na primeira versão mediante a simples organização das partes autônomas, *Introdução ao pensamento filosófico* foi concebido como *conjunto de palestras orais*. Depois é que, transcritas para o papel, reunidas tematicamente (“As conferências não mantêm entre si liame tal que se ponha cada uma delas como seqüência da anterior. Cada qual, à sua maneira, começa do comêço. Tôdas se dirigem para um centro comum que não poderíamos considerar exatamente como tema. Essa orientação geral lhes confere unidade”), mas não revistas, tomaram a forma de livro, chegando até nós. O caráter de *iniciação*, que norteou todos os temas, é explicado por Jaspers no prefácio da primeira edição (Basiléia, outubro de 1964):

“Iniciação — isso não significa que eu fôsse falar acêrca de trivialidades filosóficas, nem que fôsse fornecer informações simples, a fim de preparar o ouvinte para atividades no campo filosófico. Não existem aquelas trivialidades ou estas informações simples. Tão logo se filosofa, entra-se em contato com os grandes temas da filosofia. E se isso não acontece é porque da filosofia se está muito longe. A palavra *iniciação* alude apenas à brevidade do texto: a atenção girará em tórno das idéias verdadeiramente filosóficas.”

Num livro cujo título é “Introdução”, as observações e advertências do grande filósofo existencialista podem parecer rigorosas,

e assustadoras, num país como o nosso, em que as “iniciações” e “introduções” descambam normalmente para a vulgarização, e aí, má informação. Seria de supor, todavia, que de espanto semelhante teriam sido vítimas seus ouvintes, aparentemente despreparados para tomar contato com os grandes temas da filosofia, sem concessões. Mesmo um auditório brasileiro de estudantes de filosofia teria o direito de temer o projeto do velho filósofo: “. . . não se tratava de ensinar algo que, depois, estaria conhecido. Não se tratava de transmitir conhecimentos elementares. Tratava-se, antes, de percorrer certas trajetórias do pensamento, na esperança de produzir no ouvinte (ainda que de experiências filosóficas, até então, apenas inconscientes) o sobressalto que nos dá a súbita compreensão daquilo a que a filosofia se refere”.

Torna-se já agora imperioso conhecer êsse público de ouvintes privilegiados aos quais o filósofo abriu os temas fundamentais da vida e da filosofia, como a história e o presente, o conhecimento, fundamental, o debate político, a posição do homem na política, conhecimento e juízo de valor, psicologia e sociologia, a opinião pública, os enigmas, o amor, a morte, filosofia do mundo etc.

Reúne o volume nada mais nada menos do que uma série de conferências semanais a propósito de filosofia que Jaspers, convidado insistentemente, aceitou em pronunciar, note-se bem, *na Rádio e televisão da Baviera!*

Ao crítico brasileiro é impossível voltar aos temas de Jaspers sem antes comentar o fato extraordinário, e significativo em si mesmo, da utilização da televisão como o veículo de debate de temas filosóficos. Para nós brasileiros a contribuição dêsse livro é duplamente cara: pelo texto em si, e pelo que de lição, ensinamento e advertência encerra, para a tomada de consciência da distância, facilmente calculável, hoje existente entre a televisão brasileira e a européia, que entre outros intelectuais de igual nomeada acolheu Karl Jaspers, sua filosofia, sua fenomenologia, seu existencialismo.

Em outro comentário, nesta mesma resenha, tenho o ensejo de referir aos efeitos e à importância da televisão como instrumento de comunicação de massa e seu papel na formação e transmissão da cultura, especialmente levando em conta a distância pela qual estão separadas as televisões dos países desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos.

Nesses países, com seus canais controlados pelo Govêrno, mas entregues à exploração comercial, os programas, em regra de baixíssimo nível cultural, chegam a atingir graus alarmantes de violência, erotismo e estímulo ao misticismo, ingredientes eficazes para o embrutecimento cultural de uma população já semiculta e

analfabeta que se entrega aos animadores de televisão como os romeiros ou beatos se prostram diante das imagens de suas crenças. Discutíveis processos de apuração de audiência são responsabilizados pela queda vertical do nível das programações, enquanto um esquema (processo?) kafkiano se encarrega de esmagar no nascedouro as veleidades ingênuas ou teimosas dos que tentam burlar a vigilância do mau gosto e oferecer programas de alguma qualidade. Na maioria dos países subdesenvolvidos impera discricionariamente a ditadura de uma “platéia” contada como “aparelhos ligados”; em função dessa “platéia”, formada por pessoas desgraçadamente presas aos níveis sócio-culturais mais baixos, são montadas as programações de televisão. Em alguns países, as domésticas chegam a dirigir a televisão, pois tudo é feito para atender ao seu gosto; elas enchem os auditórios, e constituem a platéia de “telespectadores de casa” acima referida. As reclamações, os donos dos horários procuram se justificar sob o pretexto de estarem fazendo “programa para o povo”; e popular passou a ser sinônimo de chulo, terra-a-terra, mau-gosto, canastrão, grosseiro etc. Ora, se é sempre de baixa qualidade o conteúdo das programações, como afirmar que o povo não gostaria de coisa melhor, se ele nunca experimentou? De outro lado, por que não procurar elevar os padrões de cultura dessas populações oferecendo-lhes programações não abaixo de sua sensibilidade, como presentemente, mas programas instrutivos que de forma didática se transformassem em instrumentos não de achatamento, mas de elevação dos padrões de cultura? ¹

Mas a televisão e seus problemas não é o tema da crítica.

No capítulo de abertura sobre Universo e vida, Jaspers trata das transformações por que a vida tem passado no universo, e vice-versa. As noções de universo e vida se transformam, afirma, e nós dentro deles não podemos ignorar as conquistas alcançadas. A teoria de Einstein, e mais tarde sua comprovação (o universo não é um espaço de três dimensões, mas espaço curvo, sem limites, embora finito), as bombas que em 1945 tombaram sobre Hiroxima e Nagasáqui, demonstrando com uma brutalidade insana como se operava a noção einsteiniana da libertação da energia do átomo, impuseram, de forma irresistível, novas concepções sobre o universo e a matéria. Essas transformações não foram apenas operadas no campo da física, mas são evidentes e conhecidos seus efeitos de ordem social, inclusive, por exemplo, o fortalecimento

¹ Aos que desejarem aprofundar o tema, sugiro *Essais sur les mass media et la culture*, UNESCO, 1971. (N. da R. Já traduzido e em fase de publicação pela Fundação Getúlio Vargas sob o título. *Cultura e Comunicação de Massa*.)

das correntes existencialistas em tôda a Europa do pós-guerra, notadamente na França e na Alemanha, onde já encontrou Jaspers.²

De forma sutil, Jaspers procura significar o conteúdo das transformações. Enquanto a visão do universo permanece estruturalmente a mesma da fase anterior, no segundo momento as mesmas coisas dariam uma informação diversa do ponto de vista tanto quantitativo quanto qualitativo: "O que há de inusitado e fora de proporção a qualquer precedente, é o fato de sse universo sensível corresponder tão-smente ao primeiro plano do universo real, que só pode ser pensado. Mas não representado".

Já a seguir, a formulação de Jaspers denuncia influência idealista, ao admitir a finitude das perspectivas do conhecimento científico: "Os cientistas descobrirão e produzirão formas biológicas não sonhadas, porém serão sempre incapazes de criar a vida". Ora, se não há segurança na certeza dessa descoberta, não poderia, pelas mesmas razões, o filósofo,  míngua de outro argumento, garantir com tanta ênfase a possibilidade negativa, mesmo agora quando, diante do caminho percorrido, poderíamos dizer que a ciência está no seu alvorecer e  difícil o estabelecimento de parâmetros, limites e marcos a sua trajetória.

Analisando as conseqüências das pesquisas científicas no século, aponta como um de seus principais resultados a desmitificação do mundo.

Na verdade, trata-se de um grande salto dado pelo homem no sentido de sua humanidade e libertação. Como assinala Jaspers, "a ciência e a técnica nos libertaram da magia e tornaram infinitamente mais fácil a vida material da natureza".

Essa conquista não importa, todavia, em que o homem tenha assegurado sua liberdade, pois a volta da mitificação (e a televisão, a propósito, é um instrumento eficientssimo, em todo o mundo) pode ser um resultado da manipulação dos meios de comunicação de massa. "Recorrer a processos mágicos  não só de-

² Jaspers pertence ao ramo fenomenologista do existencialismo, partindo de Kierkegaard. A rvore do existencialismo  copada. Suas raízes partem de Sócrates, seguem com os estlcos, Santo Agostinho, São Bernardo e Maine de Biran. O tronco central é representado por Kierkegaard, que vai desembocar na fenomenologia, fonte comum dos existencialistas modernos. A fenomenologia, num tríplice esgalhar-se, daria Jaspers, o personalismo de Mounier e o cristianismo de Gabriel Marcel. Outro grupo seria formado por Soloviev, Chestov, Berdiaeff, Buber, K. Barth, Scheller, Landsberg, Pguy, Bergson, Blondel, La Berthonire. O último braço da fenomenologia termina em Sartre depois de percorrer os caminhos traçados por Nietzsche e Heidegger, entre outros.

sarrazoada na prática, mas falta de lealdade: o homem trai a própria razão.”

Ao manejar os objetos que a tecnologia põe ao nosso alcance (podemos não conhecer com profundidade os processos que colocamos em operação, mas sem dúvida alguma sabemos que êsses processos não se desenvolvem por mágica, mas graças a conhecimentos técnicos) o homem percebe que o mesmo esquema se aplica a tôdas as coisas que o rodeiam. Esta atitude mental terá sido, sem dúvida, um dos mais espetaculares avanços da civilização.

Desdobramento dessa convicção que troca o mágico e insondável pelo cognoscível é a certeza de que “se ainda resta muito por compreender, tudo é, no fundo, integralmente inteligível”.

O homem, por fim, saiu da caverna; com a morte do mêdo desapareceram (pelo menos racionalmente) os apelos à magia e êle caminha para construir a sua história. Não há mistérios ou verdades insondáveis acima de sua percepção. Há coisas conhecidas e não conhecidas, já conhecidas e por conhecer. Jaspers, avançando sôbre afirmação anterior, escreve agora: “É certo, digamos, que a ciência ainda não pode criar sêres vivos — homens por exemplo — mas um dia os criará”.

A atitude do homem no mundo, porém, há de ser de um profundo otimismo e autoconfiança. O homem está no mundo que é seu objeto; sujeito, nunca tem como objeto a totalidade do mundo. Essa deficiência — a nossos olhos de hoje — não impede que o homem explore todos os fenômenos até o infinito. No mundo não há fenômeno que não seja humano. O pensamento deve ter origem filosófica na existência do homem. É a única forma de tornar sondável o insondável, cognoscível o incognoscível, humano o mágico.

A história e o presente estão ligados ao universo e à vida. As análises do filósofo, todavia, podem ensejar controvérsia quando, por exemplo, retornando a Platão, Nicolau de Cusa e Kant, afirma que “o universo não existe para nós”. O universo deve ser encarado como tal. Ou: “longe de ser nosso domínio, é êle, talvez, o objeto de nosso temor sagrado”.

Ao contrário, somos o universo, ou, se nós não existíssemos, êle (nada) não existiria, pois, para nossa história, que não existiria, de nada valeria sua existência por e para outra, pois dela não teríamos, por óbvio, sequer informação.

O existencialismo de Jaspers é objetado por Sartre, para quem o homem é o ser cujo aparecimento faz com que o mundo exista. Aprofundando sua linha de raciocínio posso formular: se o homem não existisse, o mundo não existiria. Sartre afirma a existência do mundo a partir de nossa experiência, pelo que também

o mundo permanece numa relação de determinação e dependência do homem, apesar de sermos, apenas, um dos elementos do mundo. O mundo é aquilo que a realidade diz que é.

Por outro lado, ainda cabem restrições a Jaspers quando afirma que “Nossa História não é uma história da natureza”. Escreve: “não podemos entendê-la (nossa história) como continuação do evoluer do universo e da Terra ao longo do tempo ou como prolongamento da aparição de sêres vivos sôbre o planêta. Nossa história é de natureza fundamentalmente diversa. Despida de consciência ou repetição invariável ao longo dos tempos, a história natural se estende por milhões e milhões de anos. Cotejada com ela, nossa História é de duração brevíssima. Sem que o substrato biológico seja alterado, a História se altera de geração para geração. Compõe-se de ações, tradições e memórias conscientes. O contato com o universo e com a natureza nos lança a terra estranha, põe-nos face a alguma coisa que é alheia e indiferente de nós. Quando passamos à história, estamos ‘em casa’. É como se nossos ancestrais nos chamassem e nós lhes respondêssemos. A partir da natureza permanente do homem, produzem-se os fenômenos históricos que nunca se repetem de forma idêntica”.

A história da humanidade, todavia não é uma cadeia de fatos arbitrários; dentro de todo o processo histórico identificam-se leis que regem a ação humana. O indivíduo não é um ser amorfo, indigente, incapaz de atuar para modificar as condições em que se encontra. Se sua ação é limitada pelas condições em que está inserido, conquista com o trabalho a liberdade para, utilizando-se dos instrumentos oferecidos por essa limitação, exercitar o papel de sujeito, modificando a natureza. A história do homem é a história da natureza.

Jaspers examina o problema contemporâneo que é a tomada de consciência, pelo homem comum, das enormes possibilidades da autodestruição humana: “A transformação da existência humana em um processo de produção e consumo resulta em uma aceleração crescente de troca de bens. Tôdas as coisas — habitação, vestuário, mobiliário, economia — assumem caráter efêmero. Vemo-nos compelidos a viver o instante que passa. Poupar é encarado como estupidez. Referindo-se a medidas talvez inúteis para combater a inflação que se insinua por todos os flancos, um economista sentiu-se autorizado a dizer: ‘Que se passa, afinal? Jamais o povo viveu tão bem. Não vejo razão para interferir nesse estado de coisas’”.

É o *aqui e agora*, muito difundido nos Estados Unidos, especialmente entre os jovens, de um lado, e as conseqüências dos pro-

blemas ecológicos redescobrimo o ambiente vítima da ação predatória da presença do homem. Mas essa ação provocou, dialèticamente, tanto os males que estão tornando insuportável a vida civilizada, quanto a justificativa de reações bastante lógicas, o retôrno à natureza ou a (re) descoberta da ecologia como meio de evitar a saturação e manter o homem sôbre a terra.

Ësse processo, por incrível que possa parecer, não está longe da esfera da liberdade, quer individual quer política; os atos concretos dos homens tendem à abolição da liberdade. Assinala Jaspers: "Na esfera da liberdade política, os atos concretos dos homens tendem à abolição dessa mesma liberdade. Continua-se, entretanto, a proclamar: A liberdade é nosso bem mais precioso! Jamais nos sentimos tão bem. Podemos viver como melhor nos pareça. Ësse geral estado de coisas é escondido por mistificações, que não deixam de ter conseqüências. O colapso do sentido de duração do mundo material solapa a circunstância humana e ameaça o próprio homem. Coloca-se em dúvida o valor da lealdade no casamento, na amizade, na vida profissional. Em todos os setores, o mesmo se afirma: a permanência deixa de existir, em nada mais é possível confiar".

Ësse juízo nos leva a duas ordens de raciocínio. Primeiro, a tendência humana, do homem e da sociedade, à autofagia, trazendo o "homem lobo do homem" de Hobbes da organização natural, pré-estatal, para a organização civilizada e superestatal dos nossos dias. A destruição do homem tem sido, até aqui, o único instrumento encontrado por êle para sobreviver, ou seja, a morte é a sua vida, a miséria é a riqueza. A autofagia já toma foros de característica: autofágica a forma de marcar sua presença, fazer a sociedade, situar-se nela e instituir seu domínio; autofágica sua maneira de manter-se no poder, matando-se na luta contra os semelhantes e como espécie se enfraquecendo. Autofagia ainda hoje quando em nome do progresso que objetiva prolongar a vida e o bem-estar, tem a vida ameaçada e o bem-estar destruído pela poluição, ninguém sabe mais de quê, da água, dos alimentos, do ar enfim. Sua atitude para com a liberdade é também autofágica; a luta por manter-se, sustentar seus esquemas econômicos, a luta pela produção e pelo consumo terminaram por comprometer a liberdade e assim determinaram a perda do poder do bem estar, da produção e do consumo, meios transformados em fim com a abolição da liberdade.

Por outro lado, a consciência dessa realidade tem despertado nos mais diversos setores, mas especialmente nos países desenvolvidos e industriais, onde o quadro assume côres às vêzes dramáticas, um salutar e promissor sistema de atritos. Os grupos so-

ciais que antes encaravam êsse *status* e êsses objetivos como naturais dentro dos padrões de sua sociedade, descobriram por fim tôda a sua irracionalidade e não estão dispostos a prosseguir no processo autofágico. Dentro do organismo anteriormente inerte, surgem as revisões e as contestações que se somam e se multiplicam e que, no choque entre a reação e os arquétipos sociais construídos por séculos de tradição, terminarão por destruir tôda a capa de concreto que recobre as sociedades estratificadas, deixando-as a nu, mas enriquecidas.

Essa tomada de consciência não deve ser, porém, uma opção de ordem individual; ela só tem sentido quando representa uma consciência da responsabilidade social. A sociedade contemporânea não é evidentemente o fruto de hoje, mas nem por isso pode ser tão simplesmente renegada por mim, desde que também sou responsável por ela.

Jaspers, lembrando o Sartre de *O existencialismo é um humanismo*, escreve: "O amor à verdade exige que admitamos o que se passou. Mas a história é por nós julgada. Devemos decidir o que acolher e o que repelir. A orientação virá dos ideais que, esculpido por nossos antepassados, façamos nossos. Devemos aceitar a culpa de nossos ancestrais, pois que somos responsáveis por êles. Não podemos fugir à nossa origem. Somos livres apenas para participar da determinação de um futuro que se desenrola a partir dos dados de nossa História."

Segundo Sartre, o homem é livre a partir dos dados que encontra. Podemos acrescentar: O homem faz a história a partir das condições que encontra. Essas condições êle não as escolhe, mas com base nelas elege o seu destino, fazendo-o. Dêsse momento em diante converte-se num projeto de si mesmo, agente do processo histórico, ainda que êsse projeto seja dependente daquelas condições.

Para Sartre, e assim bem próximo de Jaspers, nossos atos são escolhas livres que não interessam apenas a nós, ou às pessoas a que se dirijam imediatamente: atingem a todos, pois, sendo uma boa escolha, é boa para tôda a humanidade. Assim, eu não sou útil apenas para o meu próximo, mas sinto em mim a capacidade de ser útil a todos. Meus atos, por seu turno, não interessam apenas a mim, mas a tôda a humanidade, e, se influem em todos, sou responsável não só por mim, mas por tôda a humanidade.

Sartre (*O existencialismo é um humanismo*) afirma: "O que escolhemos é sempre bom, e nada pode ser bom para nós sem o ser para todos". Ao explicar sua teoria da responsabilidade, escreve: "Eu não determinei o meu nascimento, mas, por minha

atitude diante da realidade do meu nascimento, em certo sentido eu escolhi haver nascido.”

Mas como superar a autofagia, como aproximarem-se os homens uns dos outros?

Jaspers é incisivo: “O fator comum, a integrar todos os homens só pode ser a comunidade política asseguradora de uma paz baseada em compromissos contínuos no que diz respeito a problemas da existência prática. Isso reclama unanimidade no desejar a paz, implicando, por sua vez, a necessidade de que todos estejam de acordo quanto às condições indispensáveis para uma paz duradoura.”

Quem fiará essa paz duradoura? Será possível almejá-la quando o ódio racial divide nações, quando o ódio político divide povos, quando as nações estão divididas por seus regimes econômicos, por suas oposições ideológicas e principalmente por seus interesses políticos, e econômicos, conflitantes? Apesar da *entente* prometida pelos três grandes o homem mata e se mata aos milhões num processo autofágico doloroso e sem promessa de fim.

Ao tratar do conhecimento fundamental, Jaspers volta a aproximar-se do existencialmente sartreano. Afirma: “Nossa consciência do nada que é o ser humano transforma-se no seu contrário”.

No existencialismo sartreano conhecer é fazer-se pelo objeto na consciência. O conhecimento define-se como a consciência do nada ser, afora o que se conhece (só existe o que se conhece), uma vez que a consciência é sempre consciência de alguma coisa.

Voltemos a Jaspers: “Se nada soubéssemos do universo, não seria como se êle não existisse? Isso parece absurdo, mas indagamos: que seria o ser se ignorasse a si mesmo e de que ninguém fôsse conhecido? Confundir-se-ia com a mera possibilidade de ser conhecido. Algo que esperaria, por assim dizer, a oportunidade de manifestar-se a um ser capaz de percebê-lo? Nós, êsse nada no universo, não seremos o ser verdadeiro, ôlho que vê o mundo?”

Sartre responderia: “O homem é o ser cujo aparecimento faz com que o mundo exista.”

O conhecimento é que faz a realidade própria do mundo existencial. A coisa existe a partir do conhecimento que temos dela, donde é justo concluir que aquilo que não conhecemos não existe. Conhecer é fazer existir.

Continuar na análise de *Introdução ao pensamento filosófico* seria extrapolar de uma simples análise a um quase livro, o que está fora de propósito. É que cada linha, cada página, cada sentença de Jaspers ensejam reflexões, análises e desenvolvimento

paralelo. Daí sua leitura, afora agradável, pois a “iniciação” conservou-se clara embora o texto não faça concessão de qualquer sorte, ser recomendada não apenas aos que desejam ter uma introdução ao estudo do pensamento filosófico, mas em especial àqueles que desejam usufruir do prazer de pensar filosoficamente, desenvolver juízos e, por fim, ter uma idéia sôbre essas coisas a um só tempo tão banais e tão complexas como a vida, a morte, a terra onde pisamos e vivemos, nossa liberdade etc.

Introdução ao pensamento filosófico é lançamento da Cultrix em convênio com o Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Turismo, Conselho Estadual de Cultura. A tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota.

O IMPASSE NA EDUCAÇÃO, Lauro Oliveira Lima.

Em seu *O impasse na educação* (já em terceira tiragem), obra recomendada não só a educadores e especialistas, mas aos que se interessam pelos caminhos e descaminhos da educação nacional, Lauro Oliveira Lima, autor pouco afeito à linguagem algébrica dos economistas, utiliza-se pela primeira vez de quadros estatísticos (73) para a fundamentação de seu desenvolvimento doutrinário. A partir dêsses elementos arrisca-se na antevisão (o livro parte do diagnóstico para a prospectiva) do que será o ensino, e a cultura, no Brasil, dentro de mais alguns anos, mantido o quadro atual. Ou seja, se o nível de crescimento, tanto do ponto de vista quantitativo como, inclusive, qualitativo, permanecer nos próximos dez anos, crescendo como cresceu nos últimos dez. Neste ponto a obra de Lauro Oliveira Lima, polêmica e muitas vêzes emocional, apaixonada, embora jamais parcial, é uma séria advertência. Mas o educador não se limita a levantar nossas mazelas deixando aos outros seu estudo; não, procura a diagnose do mal e se antecipa ao precisar os contornos de sua evolução. Indica, por fim, os remédios que lhe parecem os melhores.

Escrito antes da reforma do ensino, em implantação e cujos primeiros resultados não puderam, à ausência de tempo necessário, ser dimensionados, *O impasse na educação* é, estranhamente, uma “introdução” a essa mesma reforma: à análise dos problemas e à prescrição das principais soluções, o autor se antecipara de alguns anos. Não que êle possa, a partir do texto dêste seu livro, subscrever *in totum* a reforma, mas é inegável que muitas das inovações tiveram nesse livro, e no conjunto da obra de Oliveira Lima, uma fonte de inspiração.

Qual seria o Brasil do futuro se a educação continuasse marcando passo quando nas demais nações, especialmente as desenvolvidas, avança com botas de sete léguas? Esta, de forma resumida, poderá ser a tese central do *Impasse*.

O grande problema com que se defrontam os países subdesenvolvidos não é, apenas, o seu atraso cultural — alta taxa de analfabetismo, pouca escolaridade, poucos técnicos etc. — mas o aprofundamento dêsse atraso em vista dos avanços obtidos pelas nações desenvolvidas. O problema que se propõe aos subdesenvolvidos, e ao Brasil, não é o de crescer, apenas, mas a necessidade de que êsse crescimento se opere em ritmo tão veloz que não apenas resolva os problemas internos da sociedade, mas consiga alcançar as nações desenvolvidas, que partiram à frente. Do contrário, conservaremos um fôssso, intransponível entre nós e os outros, ou seja, permaneceremos subdesenvolvidos. O problema dos subdesenvolvidos não é o seu crescimento, apenas, mas a taxa em que êle se apoia. Imagine-se, para melhor visualizar essas idéias, uma corrida de carros. Os veículos *a* e *b* deram partida com a vantagem de uma hora do *a* sobre o *b*. Durante todo o percurso o carro *a* desenvolve uma velocidade de cruzeiro de 100 km horários, contra 50 km do carro *b*.

Assim exposto, o enunciado sugere uma equação do primeiro grau, facilmente resolvível por qualquer ginasiano. Tratando-se, porém, como é o caso, de simples imagem que procura traduzir o *gap* que nos separa e distancia dos países desenvolvidos, estaremos diante de um desafio, talvez o maior de nossa história. Enquanto entre nós — malgrado a tomada de consciência de seu significado e os esforços já despendidos — permanece elevada a taxa de analfabetos, sabendo-se que entre os “alfabetizados” se computam os semiletrados e os que jamais adquiriram o hábito da leitura, as nações desenvolvidas, livres dêsse *handicap* estão preocupadas com a introdução de processos de comunicação de massa na educação tradicional. É a disputa entre a educação tecnológica e a tradicional. Se nos faltarem os recursos e os apetrechos da primeira, se continuarmos presos aos padrões de Gutemberg enquanto os desenvolvidos realizam o ideal da planetarização do conhecimento, a globalização da aldeia através dos instrumentos modernos de comunicação, o rádio, a televisão, os satélites e seus complementos, postos a serviço da alfabetização, da formação escolar e da cultura, na hipótese de êsses recursos não estarem ainda ao nosso alcance, resta-nos, até que o sonho da incorporação dêsses processos se torne uma realidade factível, tentar aperfeiçoar nossos métodos de ensino, com os recursos de que dispomos. A atitude inaceitável é a do conformismo, dos braços cruzados. Nesse sentido, a *reforma*

procura romper êsse *impasse*. Trabalhar com o que se dispõe até o momento em que se torne possível trabalhar de forma mais produtiva.

A obra de Lauro Oliveira Lima é aflita quando se refere à distância que estamos dos demais países, distância que na sua opinião jamais será superada. Conscientes do anacronismo de nossa estrutura educacional — de que a crise da universidade é apenas um exemplo — calcule-se o *tecnological* e *intelectual gap* entre o Brasil e os Estados Unidos, dentro de mais alguns anos, levando em conta os rumos que a avançadíssima educação americana entra a adotar. Nos Estados Unidos, como de resto nos demais países industrializados, há todo um esforço visando à modernização do ensino, desde a reforma de conceitos esclerosados à introdução dos processos de comunicação de massa como material didático, a exemplo do quadro negro, do monitor, do microscópio etc., ou seja, integrando na cotidianidade do ensino e revolucionando sua didática. O computador avança de maneira definitiva para ocupar no ensino a posição de destaque que lhe é reservada. Êsses aparelhos já estão sendo utilizados acoplados a ditafones, em terminais telefônicos, selecionando textos, transmitindo imagens xerográficas, no ensino das matemáticas, em processos dinâmicos de leitura, no estudo de línguas estrangeiras, ou seja, numa infinidade de campos, oferecendo resultados insuspeitados pelos conservadores. A televisão se transforma, nos círculos abertos, em instrumento o mais valioso na propagação da cultura. Mesmo em algumas nações subdesenvolvidas, é utilizada como instrumento o mais eficaz no esforço de alfabetização.

Zbigniew Brzezinski, diretor do Instituto de Pesquisas de Assuntos Comunistas da Universidade de Colúmbia, ex-Conselheiro político do Departamento de Estado e assessor de Hurbert H. Humphrey, em *O futuro dos Estados Unidos* (in *Diálogo*, Vol. IV, n.º 4, 1971), observa que “o desenvolvimento sem precedentes da educação dos Estados Unidos vem suscitando debate generalizado em tórno do problema se será suficiente a extensão, automática, de duração da escolaridade para que se faça frente não só às necessidades psicológicas, como técnicas também, de uma sociedade emergente. O tempo de duração e a forma atuais de educação, no sistema norte-americano, diferem da tônica da era pré-industrial, que preconizava uma sumária alfabetização para todos, e também do altamente exclusivista padrão medieval, consoante o qual alguns poucos aprendiam muito pouco. Os programas contemporâneos preconizam a educação de uma porção elevada de pessoas de ambos os sexos e por períodos de escolarização que vão de dez até quase vinte anos (no caso de estudos mais avançados).

Nos Estados Unidos, a educação superior, entretanto, estrutura-se dentro de uma organização circular e até mesmo social, que devido à sua especialização evolui de forma um tanto isolada dos problemas da realidade social. Como consequência, tanto por sua estrutura como em termos de conteúdo, tende a ampliar-se o divórcio entre a educação recebida e a existência social, o que leva os estudantes às já conhecidas manifestações psíquicas e emocionais de imaturidade e frustração.

“Mas, ampliando a educação por períodos intermitentes, ao longo de toda a vida do cidadão, a sociedade daria um longo passo no sentido de resolver o problema. A duração da fase inicial, especializada e relativamente restrita, poderia então ser encurtada. Levando-se em conta a precoce maturidade física e sexual da juventude de hoje, aquele objetivo poderia ser atingido de um modo mais generalizado por meio de uma estrutura que mesclasse estudo e trabalho suplementado por treinamento periódico a *posteriori*, no decorrer da vida ativa do indivíduo.

“Nessa conjuntura, seria desejável pensar-se em interromper o ciclo fundamental de educação, a maior parte da qual poderia ser feita a domicílio por meio de aparelhos eletrônicos, aí por volta dos 18 anos. Esse período, de estudos formais, poderia ser então seguido de outro, com dois anos de duração, de prestação de serviços à causa socialmente desejável e poderia ser executado tanto no país como fora dele, sob os auspícios de entidade pública ou particular. Seria aconselhável mesmo que essa prestação de serviços não se limitasse a causas nacionais, a fim de que se pusesse mais de acôrdo com o idealismo humanitário da juventude”.

Diversos educadores americanos, na linha de Brzezinski, concluem um processo de autocrítica cujo objetivo é modificar radicalmente os conceitos de ensino e estudo. Em artigo recente (in *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, n.º 10, p. 7), John L. Goodlar, relacionando o que ainda não fôra feito em seu país, resume algumas das teses levantadas por Oliveira Lima: “ainda não eliminamos completamente o sistema de agrupar os alunos conforme suas tendências profissionais. Nem tampouco conseguimos ainda eliminar a barreira dos diferentes anos escolares, com a nefasta graduação dos desajustes que provoca, nem eliminamos as paredes das salas de aula nas escolas que agora desenhamos, nem aprendemos a ensinar por indução, fazendo a criança aprender por sua própria vontade de perguntar. Mas já temos uma idéia de todas essas coisas”.

A reforma do ensino, ora implantada, sôbre a qual recaem as as esperanças de milhões de estudantes e milhares de professores, não resultou, sem dúvida, dos trabalhos do professor Lauro Oli-

veira Lima, nem é certo que ela reflita as idéias do autor de *Escola secundária moderna*. É fora de dúvida, todavia, que o *Impasse na educação*, como o conjunto de sua obra, se não influiu junto dos espíritos dos elaboradores da Reforma, teve o mérito de aflorar muitas de suas críticas e soluções, formuladas quando era arriscado supor os critérios da reforma, e mesmo a viabilidade de sua implantação:

Não apenas a reforma em si, mas também o processo de sua implantação responderão se o *impasse* de Lauro Lima é removível e se nosso povo pode aspirar aos padrões de cultura das nações industriais contemporâneas.

A CARTA DE PÊRO VAZ DE CAMINHA, Leonardo Arroyo, Edições Melhoramentos de São Paulo em Convênio com o Instituto Nacional do Livro-MEC-São Paulo, 1972.

Um dos últimos lançamentos de 1971 da Editôra Melhoramentos de São Paulo é o excelente livro de Leonardo Arroyo, a quem já devíamos, naquela editôra, *Literatura infantil brasileira e Estória do galo e do Candimba*.

Sua incursão histórica é das mais apreciáveis. Investigando num setor já bastante trabalhado pelos historiadores brasileiros, soube Leonardo Arroyo tirar proveito do mau-hábito da maioria de nossos autores que, limitando a "pesquisa" à consulta bibliográfica mais acessível deixam às traças o convívio com os documentos, muitos ainda virgens, guardando em sua inviolabilidade revelações e segredos de nossa história. A *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, ao contrário, resulta de exaustivas pesquisas em arquivos históricos, cimentada, é claro, na consulta aos clássicos, sempre boa para a melhor interpretação histórica. Graças a êsse método, sério e científico, a obra de Arroyo não resultou uma obra de repetição, ainda que trabalhe basicamente sôbre um documento conhecido há quatro séculos e sôbre cuja existência e conteúdo não se conhece, até aqui, qualquer divergência. O texto do es-
crivão é apresentado tanto na versão original, quinhentista, quanto no vernáculo atual, ambos comparáveis com o *fac-símile* do documento oficial, depositado na Tôrre do Tombo. A leitura é facilitada por um minucioso glossário dos termos mais antigos, mais técnicos ou menos usuais empregados. A pesquisa e o aprofundamento histórico são possibilitados por um completo sistema de indexação, sumário, índice pormenorizado de todos os vocábulos

da carta, extensa nominata (índice onomástico), além de uma bibliografia (ou inventário bibliográfico) da Carta, nomeando todos os autores que se referiram ao famoso documento, abrangendo desde o primeiro texto conhecido *Corografia Brasília*, ou *Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*, Imprensa Nacional, 1817, Rio de Janeiro, até as mais recentes, como a tiragem de luxo em versão de Rubem Braga e a contribuição de Marques Rebello, *Carta do Achamento do Brasil*, in *Antologia escolar portuguesa*, Fundação Nacional do Material Escolar, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1970. Trabalho de documentalista e historiador limita-se à transcrição da Carta? O Sr. Leonardo Arroyo vai adiante e, graças à sua pesquisa, integram-se na publicação nada menos de 16 documentos pertinentes ao documento e sua história, muitos deles podendo ostentar a classificação de documento difícil ou de existência desconhecida.

O Sr. Leonardo Arroyo, ao contrário do que este comentário poderia sugerir, à primeira vista, não se limita a reunir documentos e a facilitar-lhes nosso acesso e interpretação. Se bem que essa tarefa fôsse, por si mesma, já digna do maior elogio e significasse uma elevada contribuição aos estudos de história em nosso país, o escritor não perde as oportunidades que se oferecem ao ensaísta e intérprete. A Carta é antecedida por reveladores estudos históricos, através dos quais o Autor nos põe em dia com o quadro histórico-cronológico da Carta. Inventaria as lições advindas de Caminha: já é lícito, a esta altura dos estudos em torno da Carta de Pêro Vaz de Caminha, enviada a El-Rei D. Manuel, em 1500, anunciando a descoberta de uma nova terra, falar-se numa hermenêutica e numa teoria de informação de tão importante documento. Duas ciências ou dois métodos que se dessem as mãos para a resultante de uma edição, como esta pretende ser, que abrangesse, pelo menos, a experiência de exegese das apresentações que se vêm fazendo da Carta desde o ano de 1817, quando o minucioso Aires de Casal transcreveu o documento sob o crivo de seus escrupulos de sacerdote pela primeira vez e, pela primeira vez, lhe deu a dignidade de impressão. Leonardo Arroyo descreve ainda o cenário dos primeiros encontros dos navegadores portugueses da esquadra de Cabral com o solo e os habitantes de Vera Cruz.

A edição é fartamente ilustrada. Além do *fac-símile* total da Carta, várias ilustrações da época, reproduções das naus e desenhos da época, inclusive da baía Cabrália, mapas ilustrativos da região encontrada, das manobras efetuadas pela esquadra etc.

REGISTROS

1. **CONHEÇA O MERCADO DE CAPITAIS DO BRASIL**, Constantino Grecco, São Paulo, Cultrix. Abandonando o jargão sofisticado dos especialistas, descrevendo dificuldades aparentes, êsse pequeno manual de Constantino Grecco, obra oportuna, necessária e atual constitui-se num verdadeiro guia prático, estruturado na forma simples de perguntas e respostas, tanto para quem vende como para quem compra. É evidente que facilitará a atividade dos primeiros, mas sua grande utilidade será a de esclarecimento dos investidores sempre perdidos nos emaranhados quer das curvas elaboradas, quer das informações conflitantes dos vendedores dos diversos papéis. Obra útil, de leitura fácil recomenda-se a quantos desejam ou precisam de conhecer por dentro o intricado mercado de capitais do Brasil.

2. *Economia financeira, introdução à política fiscal*, de Otto Eckstein, lançamento da ZAHAR. Destina-se principalmente aos estudantes de economia, mas deve servir como poderoso auxiliar técnico a quantos se interessam por finanças públicas.

3. *Estrutura das classes e estratificação social*, da Zahar, na sua conhecida coleção de Textos Básicos de Ciências Sociais, em segunda edição. Os textos são recolhidos, dentre outros, das obras de Lukács, Max Weber, Sorokin, Kurvitch. Literatura capital para uma melhor informação sôbre as diversas e mais importantes correntes de pensamento da sociologia contemporânea.

4. *Liberdade e Necessidade* (no original *Freedom and Necessity, an introduction to the study of society*), de Joan Robinson, da Universidade de Cambridge. Trata-se de interessante estudo, com fundamentos antropológicos, da estruturação de nossa sociedade. Entre outros, são abordados os seguintes temas: a origem da sociedade, economias isoladas, terra e mão-de-obra, raça e classe, comércio e nacionalidade, a expansão capitalista, interlúdio de confusão, a indústria e o Estado, o nôvo mercantilismo, a abastança socialista, um outro caminho, o terceiro mundo, falsos profetas, ciência e moralidade. A tradução, da primeira edição inglesa (1970) deve-se a Christiano Monteiro Oiticica.

5. *Revista Mexicana de Ciência Política*. O Vol. 64, dedicado a Sociedade e política, reúne os seguintes artigos: *Sociedad y política*, de Horacio Lebastia; *La crisis de la sociologia marxista*, Norman Birnbaum; *La base social de la política*, Hans Peter

Dreitzel; Un diálogo sobre el Estado, Savanarola y Machiavelli; La luminosa ciencia de la política oscura, Christian Bay; Los grupos de presión internacionales, Manuel Ortuño Martínez, La filosofía de la historia, Hegel; Croce, Collingwood, Segundo Portilla e Notas sobre el populismo, Juan Felipe Leal y Fernández.

6. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo*, Vol. V, Ano 17, 1971, publica: Benedito Hespanha, Co-autoria em Delito Culposos; Benedito Hespanha, Crime e Economia; Carlos Galves, O aluguel, o *leasing* e o *renting*; Luiz Melíbio Uiracaba Machado, Da Acionabilidade da Cambial não registrada; Alberi F. Ribeiro, Dívida de administração pública e sua execução no exercício financeiro. Seguem-se sentenças, pareceres, jurisprudência comentada, discursos e conferências.

7. *O direito*, revista de ciências jurídicas e administração pública (diretores Marcello Caetano e Inocêncio Galvão Telles), ano 103, 1971. Em seu sumário lê-se Conceito de Nação. A Nação Portuguesa, por Inocêncio Galvão Telles e Obrigações convertíveis em ações, por Rui Pena.

8. *Diálogo*, n.º 4, Vol. IV, 1971, destacam-se as seguintes matérias: O futuro dos Estados Unidos na era tecnocrônica, Zbigniew Brzezinski; Novas cidades: idéias vs. realidade, Edward P. Eichler e Bernard Norwich; O impacto sobre as metrópoles antigas, Leo A. Molinaro; Duas experiências americanas, Wolf Von Eckardt; A crise urbana e a classe pobre, Irving Kristol; Hopper: o pintor das cidades, James R. Mellow; Desenvolvimento econômico da América Latina, Enrique Iglesias e mais uma entrevista com John Updike.

9. *Jurídica*, revista editada pela Divisão Jurídica do Instituto do Açúcar e do Alcool, do Ministério da Indústria e do Comércio. Seu n.º 114 traz, no sumário: O sistema tributário nacional, suas grandezas e suas fragilidades, José Motta Maia; Regime jurídico das empresas publicar no Brasil. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho; Breves considerações sobre a recente lei italiana de seguro obrigatório de veículos e embarcações de desporto, José Carlos Moitinho de Almeida; Do crime continuado, José dos Santos Silveira; A reforma bancária e os lançamentos de ações ao portador de bancos, Arnold Wald; Desmembramento de imóveis rurais, Luiz Carlos de Azevedo Ribeiro; Será possível ao Brasil reinvir-

dicar parte da Antártida? Luiz Ivani de Amorim Araújo; A socialização do direito pela justiça distributiva, F. Talaia O'Donnell; Do condomínio, Telma Musse Diuana; Responsabilidade Civil, Luiz Antônio da Costa Carvalho; A mulher e o desenvolvimento nacional, Romy Medeiros da Fonseca; A correção monetária entre particulares e o impôsto de renda, René Izoldi Ávila; Da ação em pagamento, Moacir Adiers; Sociedades Anônimas de capital autorizado, Luiz Felizardo Barroso, Jorge Costa Carneiro, Diógenes Setti Sobreira e José Welikson; Evaristo de Moraes, seu centenário e o júri, Yvan Senra Pessanha, e Pedágio, condições para sua cobrança, Helly Lopes Meirelles.

PUBLICAÇÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

1. *Deputados brasileiros* (Repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados — 6.^a legislatura)
2. *Anais da Câmara dos Deputados*
3. *Anais da Constituição de 1967*
4. *Participação do trabalhador nos lucros da empresa* (Série Documentos Parlamentares)
5. *Súmula de discursos*
6. *Série Emendas à Constituição de 1946*
7. *Referência legislativa*
8. *Resenha legislativa*
9. *Bibliografia sobre Federalismo* (separata)
10. *Bibliografia sobre a Universidade de Brasília* (separata)
11. *Apartheid. Bibliografia sobre a política de segregação racial na África do Sul*
12. *Política de desenvolvimento e atuação da SUDENE* (Bibliografia) (separata)
13. *Bibliografia de José Bonifácio de Andrada e Silva* (O Patriarca da Independência) (separata)

À venda nas livrarias da FGV ou pelo reembolso postal. Pedidos para a Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, Praia de Botafogo 188, Caixa Postal 21.120, ZC-05, Rio de Janeiro, GB.